Linguagem e letramento em foco

Línguas estrangeiras no Brasil

História e histórias

Carmen Zink Bolognini
Ênio de Oliveira
Simone Hashiguti

UNICAMP
cefiel
Ministério da Educação
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Linguagem e letramento em foco

Ensino de línguas estrangeiras

Línguas estrangeiras no Brasil

História e histórias

Carmen Zink Bolognini

Doutora em Lingüística - IEL/Unicamp

Ênio de Oliveira

Mestre e doutorando em Lingüística Aplicada - IEL/Unicamp

Simone Hashiguti

Mestre e doutoranda em Lingüística Aplicada - IEL/Unicamp

Colaboradoras:
Carla G. Furlan e Catarina F. S. Bonança

UNICAMP

cefiel

Ministério da Educação

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

© Cefiel/IEL/Unicamp, 2005-2010
É proibida a reprodução desta obra sem a prévia autorização dos detentores dos direitos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Presidente: LUIS INÁCIO LULA DA SILVA
Ministro da Educação: TARSO GENRO
Secretário de Educação Básica: FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES
Diretora do Departamento de Políticas da Educação
Infantil e Ensino Fundamental: JEANETE BEAUCHAMP
Coordenadora Geral de Política de Formação: LYDIA BECHARA

Cefiel - Centro de Formação de Professores do Instituto de Estudos da Linguagem*
Reitor da Unicamp: Prof. Dr. José Tadeu Jorge
Coordenação do Cefiel: Angela B. Kleiman
Coordenação da coleção: Angela B. Kleiman
Coordenação editorial da coleção: REVER - Produção Editorial
Projeto gráfico, edição de arte e diagramação: A+ comunicação
Revisão: REVER - Produção Editorial; Elisabeth B. Frizzo
Ilustrações: Fábio Sgroi
Pesquisa iconográfica: Vera Lucia da Silva Barrionuevo

* O Cefiel integra a Rede Nacional de Centros de Formação Continuada do Ministério da Educação.

Impresso em setembro de 2005.

Sumário

Introdução / 5

Primeiros tempos do Brasil: as políticas de colonização e o surgimento das línguas gerais indígenas / 8

A língua portuguesa como língua nacional / 19

As línguas africanas no Brasil / 22

Imigrantes franceses, ingleses, alemães, italianos e espanhóis: outras línguas européias no Brasil / 27

Francês / 29

Inglês / 31

Alemão / 38

Italiano / 41

Espanhol / 44

Imigrantes chineses e japoneses: encontrando algumas línguas orientais / 46

Línguas estrangeiras no Brasil: a(s) história(s) nos âmbitos público e privado / 53

Bibliografia / 59

Introdução

Esta é Nina. Um dia, numa brincadeira de sala de aula que envolvia os nomes de seus colegas, Nina percebeu como eles todos tinham origens diferentes. Havia sobrenomes de origem portuguesa, italiana e espanhola, outros de origem alemã, árabe e japonesa, e primeiros nomes que pareciam indígenas e africanos. Então, Nina olhou para seus colegas e se deu conta de como eles eram de fato diferentes uns dos outros — como ela própria — parecendo representar não só diversos grupos étnicos, mas também suas misturas. Começou então a se perguntar sobre suas origens, sobre como os estrangeiros haviam chegado ao Brasil e o que havia acontecido com suas línguas, já que a maioria dos colegas que ali estavam, apesar dos diferentes sobrenomes, só falava o português.

Realizando um percurso de leitura e reflexão sobre o assunto, Nina descobriu, entre muitas outras coisas, que pensar sobre a história de sua origem e da de seus colegas era pensar sobre a história da construção de nosso próprio país. E — mais importante! — ela percebeu como a reflexão sobre as línguas estrangeiras não pode se dar *sem a história* — não uma história externa às línguas, que acontece em separado, mas uma história construída pela linguagem e dentro da própria linguagem. Assim, Nina entrou em contato, embora sem saber, com aquilo que denominamos **teoria discursiva da linguagem**.

Ao acompanhar o percurso de nossa personagem, você também irá conhecer (ou reconhecer, se já conhece) a teoria discursiva sobre a qual falamos. Nela, diferentemente de outras linhas teóricas sobre a linguagem, *as línguas são pensadas em sua relação com a história e a partir do trabalho do sujeito com a linguagem* — do sujeito que chamamos de **sujeito de discurso**. Esse sujeito, que cada um de nós é, é o sujeito de uma linguagem que não se nos apresenta como pronta, e sim como um *processo* do qual fazemos parte. Para entender melhor esse processo, as leituras e os materiais sobre línguas estrangeiras com os quais Nina terá contato, vamos nos apoiar nas descobertas que ela fará com seu olhar curioso, com sua inquietude perante os fatos, tão comuns também a nós, professores de línguas estrangeiras.

Ao acompanhar o percurso que Nina traçará sobre os estrangeiros e sobre suas línguas, e que é, portanto, um percurso de reflexão sobre a própria linguagem como a entendemos, discutiremos como a língua portuguesa se instalou aqui como nossa língua nacional e o que aconteceu com as línguas indígenas e as línguas africanas nesse processo. Discutiremos também os processos históricos pelos quais passaram e passam as outras línguas estrangeiras, como o alemão, o italiano, o espanhol, o inglês, o francês e o japonês, por exemplo — línguas de origem dos colonos e imigran-

tes que vieram para cá um pouco depois. Retomaremos, enfim, nossa história de línguas estrangeiras a partir de fragmentos das inúmeras histórias contadas pelos próprios estrangeiros e por outros escritores que se aventuraram pelo tema.

Diferentemente da grande maioria dos livros preparados por lingüistas aplicados e dirigidos a professores de línguas, não trataremos, portanto, de uma retomada histórica de métodos e linhas de ensino de línguas. Falaremos antes sobre aquilo que é constitutivo da nossa história de relação com as línguas estrangeiras, e que importa muito para que nossa prática não se resuma a repetições de procedimentos, a aplicação de técnicas. Na verdade, as práticas e técnicas de sala de aula estão relacionadas à concepção de língua estrangeira que temos. Essa concepção está relacionada à história, e é *constituída na história*. Propomos, assim, aqui, um outro tipo de leitura para os movimentos relativos ao estrangeiro e ao ensino de línguas estrangeiras em nosso país. (Outras questões, mais pontuais, relativas a práticas em sala de aula serão discutidas no nosso *site* do curso Ensino de Línguas Estrangeiras, do Cefiel/Unicamp.

Bem, esperamos que você se divirta com nossas reflexões e com a(s) história(s), que também é(são) sua(s)...

Boa leitura!

Os autores

Primeiros tempos do Brasil: as políticas de colonização e o surgimento das línguas gerais indígenas

Pois é, Nina, pensar na sua origem e na de seus colegas é pensar, de fato, numa história de diversidade racial, muito comum no Brasil. Nós, brasileiros, convivemos com descendentes de índios, africanos, europeus e asiáticos miscigenados e, com isso, convivemos também com suas línguas. Tudo porque fomos nos constituindo como povo num **processo histórico** muito heterogêneo. *Processo*, porque

contínuo, e *histórico* porque dinâmico, isto é, sensível aos movimentos sociais, políticos e econômicos pelos quais nosso país passa no decorrer de sua história. Dentro desses movimentos, muitas histórias particulares, como a sua, foram e vão se fazendo nas relações entre línguas e gentes diferentes. Histórias de rupturas e de construção de novos laços, de reformulações, de apego ao velho e de amor, ódio ou medo do novo.

Hummm, interessante... Mas como é que vieram parar aqui tantos estrangeiros, os nossos antepassados? Eu mesma tenho bisavós e tios alemães, um avô português e uma avó descendente de índios e também alguns tios de outras raças. E por que é que falamos só o português hoje? Poucos aqui falam outras línguas com seus avós. Tem a Samira, que fala árabe com a bisavó dela, e a Helena, que fala grego com a família. Mas todo mundo só estuda mesmo o inglês... e quase ninguém fala o inglês no nosso país.

Para responder a todas essas perguntas, precisamos observar o processo histórico de constituição da nossa diversidade lingüística — e aqui, Nina, nos referimos tanto ao que é da ordem propriamente das línguas como de outras formas de linguagem, como a dança, a música, as roupas, a arquitetura, a culinária etc.

Temos que pensar sobre algumas das políticas de colonização, de imigração e de línguas que tivemos e ainda temos em nossa história. Essas políticas dizem respeito tanto às leis nacionais, como ao que cada grupo familiar pratica em sua casa ou na comunidade, isto é, como as línguas funcionam de fato nos âmbitos público e privado. Mas para poder entender melhor esses fatos todos, que começam com o descobrimento do Brasil e continuam até hoje, fazemos um convite à leitura: que tal ler alguns fragmentos de histórias particulares de nosso povo? Eles ajudarão a ilustrar nossa experiência de encontro com o estrangeiro. O que você acha?

Então, vamos lá!

"Pequena história antes de 1500. Antes do branco chegar, os povos indígenas eram todos livres, viviam muito tranqüilos, com saúde e trabalhavam, caçavam, pescavam e faziam roça. Havia muita alimentação para nossos filhos. A mata era rica e muitas caças, não faltava mel de abelha, eram muitas frutas naturais. Os pássaros cantavam pelas matas. O mato era coloridão de flores. Os rios eram ricos de peixe. Os rios não eram contaminados. A água da chuva era boa para tomar banho. O dia era bem alegre, o céu era bem claro. A noite era bem alegre. Os povos indígenas não conheciam brigas, bebidas alcoólicas, doenças terríveis. Agora o mundo virou pó."

Celso Verá Mirim, apud Paulo Humberto Porto Borges, *Ymã, ano mil e quinhentos: relatos e memórias indígenas sobre a conquista*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

No Brasil, Nina, os primeiros contatos documentados com as línguas estrangeiras de colonizadores e exploradores se deram no século XVI, com a chegada dos europeus. Vieram para cá, em tempos diferentes e lugares espaçados na costa brasileira, franceses, portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses, mas a descoberta e a reivindicação das terras foram reconhecidas oficialmente como portuguesas e datadas de 1500. Nomeada como "Ilha de Vera Cruz" e, posteriormente, "Terra de Santa Cruz", sua configuração territorial não era a mesma que temos hoje, visto que parte de nossas atuais regiões Norte, Sul e Oeste e parte do atual estado de São Paulo pertenciam à Coroa espanhola.

Na tentativa de consolidar seu domínio sobre a nova colônia, Portugal enviou, a partir de 1530, os primeiros colonos e, posteriormente, as primeiras missões jesuítas que, essenciais no pro-

cesso de colonização, tinham por dever converter em cristãos os sujeitos colonizados, religiosamente tementes ao seu Deus e fielmente obedientes ao Rei: política e religião se interconstituíam em um mesmo espaço de poder.

Nessa primeira situação de convivência entre sujeitos totalmente diferentes entre si, enquanto não existia ainda o Brasil como Estado, a primeira **língua estrangeira aprendida** em nosso território foi a língua dos índios: o *tupinambá* ("língua do mar"), falado pela maioria das tribos que habitavam a costa brasileira. Essa língua foi aprendida como língua estrangeira pelos europeus que vieram para cá, mas com muita sistematicidade pelos jesuítas. Isso porque os jesuítas, em seu projeto de catequizar os brasis, começaram por aprender a língua dos nativos e traduzir para ela os ensinamentos da Bíblia. Eles aprenderam rapidamente que o sucesso de seu projeto de catequização estava relacionado à aprendizagem da língua dos nativos, pois estes não tinham motivos para aprender a língua do estrangeiro, e se negavam a ter apagados seus costumes e religiões. Outro fato a ser considerado é que, por estar em menor número e em terra totalmente desconhecida e estranha, a sobrevivência do colonizador dependia da aprendizagem das línguas dos nativos para entender o que aqui existia. Além disso, era pela utilização da língua que o europeu poderia conhecer melhor a terra que queria desbravar e dominar.

Língua estrangeira aprendida. Estabelecemos aqui uma diferença entre **língua estrangeira aprendida** e **língua estrangeira institucionalmente ensinada**. A primeira caracteriza o processo de aprendizagem dos colonizadores e jesuítas que primeiro se instalaram aqui, isto é, de sujeitos que aprenderam as línguas Tupi e Guarani, por exemplo, na situação de convivência com os índios. A segunda se refere à situação de uma língua estrangeira (a portuguesa) que passa a ser ensinada nos colégios jesuítas e que fortalece ainda mais o movimento colonizatório e sua natureza exploratória e devastadora.

Quer dizer que os portugueses foram os primeiros aprendizes de língua estrangeira no Brasil?

Línguas indígenas. As línguas indígenas no Brasil são classificadas como pertencentes aos troncos Tupi, Jê e Karib, havendo, ainda (segundo Aryon Rodrigues, 1986), a hipótese de um tronco Macro-Jê. Antes da colonização, havia mais de mil línguas indígenas vivas no território que compreende o Brasil hoje e aproximadamente 6 milhões de índios (Rodrigues, 1993). Até a primeira metade do século XX, haviam já se perdido 29% delas. Hoje há, aproximadamente, 330 mil índios e 180 línguas indígenas em nosso país.

Para responder a essa pergunta, temos que pensar um pouco. Na época em que os portugueses chegaram, o território, que hoje compreende nosso país, ainda não era reconhecido como Estado, então, para essa época específica, ainda não poderíamos falar em "Brasil". O que podemos afirmar, a partir do nosso olhar hoje, com o sentido historicamente constituído de "estrangeiro" que temos, é que — sim —, as primeiras línguas estrangeiras a serem aprendidas, no território que se constituiu como nação brasileira, foram as **línguas indígenas**. Veja como nos posicionamos em um lugar discursivo a partir do qual o português significa a história do Brasil, pois o índio não enuncia nessa história. Daí dizermos que somos constituídos pelos estrangeiros, uma vez que o que conhecemos como nossa história, o que temos registrado, vem do olhar do português. Mesmo o que sabemos sobre os índios vem de um olhar português.

Como assim, "sentido historicamente constituído de estrangeiro"?

Bem, pensemos assim: embora na época da colonização já existissem definições para a palavra "estrangeiro", não sabemos se no território que veio a ser chamado Brasil essa relação primeira entre as línguas era mediada por esse termo. Talvez seja possível pensarmos que o conceito de "estrangeiro" tenha começado a existir com a própria chegada dos portugueses. Para entender melhor essa história, convido você a fazer uma pesquisa: vamos ver o dicionário. Vamos para as páginas da letra E. E de "*estrangeiro*". Veja só, os vizinhos desse verbete não poderiam ser menos "estranhos" a ele: *estraneidade*, *estrangeirada*, *estrangeirar*, *estrangeirice*, *estrangeirismo*...

Estrangeiro. [Do fr. ant. *estranger*, atual *étranger*.] *Adj.* **1.** De nação diferente daquela a que se pertence: *romancista estrangeiro; língua estrangeira*. **2.** Relativo ou pertencente a, ou próprio de estrangeiro (7): *Tem na pronúncia um acento estrangeiro; Seus hábitos são nitidamente estrangeiros*. **3.** Diz-se de país que não é o nosso: *O Brasil tem comércio com quase todas as nações estrangeiras;* "O país estrangeiro mais belezas / Do que a pátria, não tem." (Casimiro de Abreu, *Obras*, p. 72). **4.** *P. us.* Que é de outra região, de outra parte, ainda que pertencente ao mesmo país; ádvena, forasteiro, estranho. ● *S. m.* **5.** A(s) terra(s) estrangeira(s) [v. *estrangeiro* (3)]; a estranja: *Passou dois anos no estrangeiro, e finge haver esquecido o português*. **6.** Qualquer nação estrangeira (3): *Em 1808 D. João VI abriu os portos do Brasil ao estrangeiro*. **7.** Indivíduo que não é natural de país onde mora ou se encontra. [Sin. (bras., pop.), nesta acepç. *gringo* e *lordaça*.] **8.** Indivíduo estrangeiro (1): *Existem leis especiais que regulam o direito dos estrangeiros no Brasil*. **9.** Indivíduo estrangeiro (4); ádvena, forasteiro, estranho, estranja.

Fonte: *Novo Dicionário Aurélio*, 1999, 11ª impressão.

Escolhemos este dicionário porque há uma memória nacional circulando em nossa sociedade que o aloca como uma referência obrigatória de dicionário, funcionando metonimicamente como "o" dicionário. É comum ouvirmos: "dê uma olhada no Aurélio" quando se aconselha alguém a consultar um dicionário.

Pensar, então, em "estrangeiro" a partir do funcionamento de tais definições, é posicionar-se, de início, nos domínios de *pertencimento* e de *nação*. Se o estrangeiro, assim com a língua falada por ele, é "de nação diferente daquela a que se pertence", então ele ocupa um lugar de não-pertencente a uma determinada nação. A língua portuguesa, seguindo esse sentido dicionarizado, seria, antes de sua oficialização no Brasil, a língua estrangeira que primeiro circulou pelo espaço do não-pertencimento, da não-nação. Isso, claro, se o índio enunciasse na história do Brasil.

Esse *status* de estrangeira da língua portuguesa no Brasil, entretanto, foi apagado em nossa história, porque só fomos considerados uma nação a partir do momento em que a língua portuguesa começou a ser falada por um *certo grupo de brasileiros*, ou seja, ela se coloca na própria origem da nação brasileira.

Eni Orlandi (2001) afirma que o funcionamento do português no Brasil pode ser enquadrado em quatro momentos distintos:

a) o primeiro, que vai do início da colonização até a expulsão dos holandeses em 1654;
b) o segundo, que vai de 1654 a 1808, data da chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, quando da invasão de Portugal por Napoleão;
c) o terceiro, de 1808 a 1826, data na qual a questão da língua portuguesa como língua nacional no Brasil é oficialmente formulada;
d) o quarto, iniciado em 1826, quatro anos após a proclamação da independência do Brasil.

Em 1826 um deputado propôs que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em linguagem brasileira, gerando assim várias discussões que culminaram na elaboração da lei que estabelece que os professores devem ensinar a ler e escrever utilizando a gramática da língua nacional.

Uau! Que interessante! É verdade, nunca nos lembramos que antes da língua portuguesa tivemos outras línguas, e hoje, quando falamos, nunca lembramos que essa língua já foi uma língua estrangeira aqui.

É, a língua portuguesa passou por um processo histórico diferente aqui: de língua estrangeira de uma não-nação, passou a ser a **língua oficial** de uma nação. Não sem ter apagado, nesse processo, tantas línguas indígenas com as quais conviveu.

Língua oficial. Língua institucionalmente reconhecida de um Estado. É a língua do povo de uma nação enquanto relacionada com um Estado politicamente constituído. É, por isso, vista como a lingua oficial de um país. Ter uma língua como própria de um país funciona como um elemento de sua identidade política e cultural. Mas não há correspondência direta entre uma língua nacional e um Estado. Cada país pode ter mais de uma língua oficial em virtude de ter na sua história e constituição povos diferentes. (De acordo com informação do *site* da ELB, acessado em 01 nov. 2004.)

Mas como é que se apagam línguas, e como é que uma língua se torna oficial?

Bem, há vários aspectos a serem considerados. Um, por exemplo, é o político-institucional, sobre o qual falaremos um pouco mais tarde. Outro é o lingüístico propriamente dito. Esse efeito de desestrangeirização da língua portuguesa no Brasil se deu num *continuum* e foi — como nos mostra Eni Orlandi em "O estado, a gramática, a autoria. Língua e conhecimento lingüístico"—, materializado com as produções de gramáticas e dicionários do português brasileiro. Mais que um processo de construção de um saber sobre a língua, essas produções tiveram como conseqüência algo muito mais substancial e definidor: a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível nas gramáticas e nos dicionários. A língua portuguesa, nesse momento, passou do *status* de língua materna dos primeiros "estranhos", "gringos" e "forasteiros", que não pertenciam ao território brasileiro, ao *status* de língua oficial e materna daqueles que nasceriam e viveriam na nação brasileira a partir de então.

É, mas eu sei quando ela tem o status de língua estrangeira hoje: quando ela é aprendida por aqueles de outros países que vêm morar no Brasil, ou aqueles que querem aprender português, mas moram fora daqui...

É isso! Como nos demais países da América do Sul — principalmente os que fazem parte do Mercosul — embora, é claro, o português falado no Brasil também seja ensinado em outras partes do mundo. O Brasil é um país que atrai diversas pessoas, com diversos interesses...

Mas, voltando um pouco às línguas indígenas, Nina, há uma questão muito interessante que merece ser contada. Você sabia que nesse processo de colonização e de aprendizagem das línguas indígenas surgiram também as **línguas gerais indígenas**?

Um autor chamado Aryon Rodrigues escreveu sobre as línguas

gerais. Para ele, essas línguas foram continuações das línguas indígenas que os mestiços, filhos de homens europeus e mulheres índias, passaram a falar. A existência e a expansão dessas línguas-gerais até a predominância do português não foram, seguramente, desvinculadas dos movimentos da colonização. Nos dois primeiros séculos, por exemplo, a exploração do colonizador se concentrou na costa brasileira, onde havia tanto o plantio de cana-de-açúcar quanto a exploração do pau-brasil, e desse processo surgiu uma das línguas gerais que teve maior vitalidade e exerceu maior penetração em toda a colônia: o *tupi-guarani*. O professor Aryon Rodrigues a classifica como língua geral paulista, que tinha como base a língua dos índios Tupi de São Vicente (primeira vila fundada pelos portugueses) e dos índios do alto Rio Tietê e que era "ligeiramente diferente da língua dos Tupinambás".

Com os movimentos realizados pelas bandeiras (expedições surgidas no século XVII cujo objetivo era explorar a terra e aprisionar escravos índios) e pelas missões, essa **língua franca** seria levada também para o interior, para os atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além de outras porções territoriais que pertencem ao Uruguai e ao Paraguai.

Língua franca. Língua de contato entre falantes de línguas distintas.

E que outras línguas gerais indígenas havia nessa época?

Outra língua geral indígena que também se constituiu como bastante dominante foi a *língua geral amazônica* ou *Nheengatu*, surgida da presença portuguesa no Maranhão e no Pará. Essa outra língua franca nas relações entre colonizadores e índios e entre índios falantes de línguas diferentes no Norte e Centro-Norte do país teve origem no tupinambá. Ela obteve grande expansão, chegando até a Venezuela, a Colômbia e o Peru, já que os colonizadores seguiam suas explorações pelos rios Negro e Solimões.

No oeste do Paraná, havia ainda a *língua geral guarani*, resultante do contato dos índios daquele lugar com o colonizador espanhol (de acordo com Luiz Carlos Villalta, 1997). As línguas indígenas, a partir da convivência com essas línguas gerais, iam incorporando seus traços ou, ao contrário, sucumbiam a elas, como aconteceu com os Bororó do sul de Goiás, os Baré e parte dos Baníwa do Içana, no norte do Amazonas.

Puxa! É um processo complexo, como diriam os adultos, esse, de expansão das línguas!

É, Nina. E não podemos esquecer que houve ainda, durante o primeiro e o segundo século de ocupação portuguesa, as invasões francesa e holandesa e também a implantação do cultivo da cana-de-açúcar no litoral. Os invasores traziam consigo escravos africanos pois a mão-de-obra necessária para sua fixação e desenvolvimento no Brasil dependia exclusivamente da força do trabalho escravo.

Os franceses invadiram e ocuparam terras da colônia em dois momentos: entre 1555 e 1560 (Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro) e entre 1611 e 1615 (Maranhão). Os holandeses, também, por duas vezes: entre 1624 e 1625 (Salvador, na Bahia) e entre 1630 e 1654 (Pernambuco). Os franceses, presentes na costa brasileira mesmo antes dos anos 1600, também deixaram marcada a sua presença na história da relação com nossas línguas indígenas, e alguns autores franceses, como André Thevet e Jean de Léry, escreveram textos com descrições sobre o tupinambá.

Referimo-nos às seguintes obras:
- André Thevet. *Les français en Amérique pendant la deuxième moitié du XVI siècle: le Brésil et lês brésiliens* (1575). Paris: Presse Universitaire de France, 1953.
- Jean de Léry. *Viagem à terra do Brasil* (*1578*). (trad. Sérgio Milliet) São Paulo: Livraria Martins, 1951.

Mas se houve tantas pessoas diferentes no Brasil, que falavam tantas línguas, por que hoje só falamos português, e todo mundo só pensa em aprender inglês?

Pois é, Nina... Essa é uma boa questão. Sabemos que, por causa das circunstâncias todas de colonização, invasões e trabalho escravo, houve a co-existência de línguas estrangeiras várias: as línguas indígenas, o português, o espanhol, o francês, o holandês, o alemão, o inglês e as diversas línguas africanas. Mas, hoje, a história é muito diferente. Vamos conversar um pouco sobre cada uma das línguas, para poder entender melhor todo o processo? Que tal começarmos pelo português?

Acho que vai ser legal! Aposto que tem um monte de coisas interessantes sobre nossa língua que a gente não sabe ou nunca presta atenção...

A língua portuguesa como língua nacional

O português do Brasil tem uma história bastante interessante, como, com certeza, também têm as outras línguas. Vejamos este fragmento:

> "Ilmo. Exmo. Sr. A notícia que Vossa Excelência me participa (...) sobre ter Sua Majestade aprovado providências que Vossa Excelência deu a respeito do pernicioso uso da língua geral (...) me deixa certo de que Sua Majestade foi servido aprová-lo inteiramente, e me ordena o faça executar, cuidando com toda a eficácia em que se estabeleçam por todas as Povoações deste Governo a Língua Portuguesa em benefício de todos os seus moradores (...)" (Ofício de 15/10/1760)

Bethania Mariani. "A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal". In Eni Orlandi (2001).

Nossa! Num primeiro momento, nem parece português o que está escrito aí...

Para mais referências sobre a história do português no Brasil, consulte Eni Orlandi, 2001.

Pois é, você pode ver como nossa língua mudou. E continua mudando.

Voltando para o nosso assunto, Nina, o final do século XVII foi marcado pelas bandeiras, expedições que saíam de São Paulo e seguiam em direção ao interior do país. Nessa época, as expedições encontraram as minas de ouro e diamantes em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, o que atraiu os portugueses e provocou uma grande imigração deles no Brasil. Vieram, nos primeiros 60 anos do século XVIII, aproximadamente 600 mil pessoas (segundo Boris Fausto), número considerável de falantes do português, se pensarmos em nossas reflexões sobre os estrangeiros e suas línguas em nosso país.

Um número tão grande de imigrantes se instalando em regiões tão específicas foi, sem dúvida, um fato marcante na história, e isso acabou por marginalizar os índios. Foi essa a primeira vez que se estabeleceram grupos sociais falantes de língua portuguesa de forma tão urbana que acabaram por "empurrar" os habitantes indígenas dessas regiões para outros lugares, sufocando suas línguas e estabelecendo a maior recorrência do português. A "febre do ouro" provocou mudanças não só nas áreas de ocupação indígena, mas também na organização administrativa da colônia. O eixo das atenções econômicas e, conseqüentemente, administrativas, passou, assim, do Nordeste — onde o cultivo da cana-de-açúcar começava a perder o fôlego — para o Centro-Sul.

Nesse mesmo período, outro fato importante aconteceu: a intervenção de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, na estrutura administrativa e política da colônia. De 1750 a 1777, Pombal realizou aqui uma série de mudanças que incluíam a proibição de outras línguas que não o português, o que se configurou como uma primeira **política de línguas** no Brasil. Lembra que comentamos sobre aspectos político-institucionais no processo de oficialização de uma língua?

Lembro, sim.

Então... o que Pombal pretendia fazer a partir dessa política de línguas era diminuir o poder dos jesuítas sobre a população e aumentar o poder da Coroa portuguesa na posição de metrópole. Jesuítas e colonizadores já se haviam enfrentado algumas vezes por divergirem nas opiniões sobre a escravização dos índios. Era sabido que os padres que vinham para cá não se empenhavam somente na cristianização dos índios, mas tornavam-se também fazendeiros e mercadores de ouro, ao mesmo tempo que tinham sob seu controle grandes grupos indígenas — não só porque os tinham como seguidores religiosos, mas também porque aprenderam muito bem sobre seus costumes e suas línguas.

Como assumiu o governo numa época de crise do açúcar e queda da produção do ouro, Pombal objetivou melhorar a estrutura mercantilista na colônia e, por entender que a língua era um lugar importante de ação, instituiu a necessidade de extinção das línguas gerais e decretou obrigatório o ensino do português, além de expulsar os jesuítas do território brasileiro.

Essa expulsão significou um abalo na política educacional da colônia, já que todo o ensino, até então, era vinculado às instituições religiosas e desenvolvido pelos jesuítas. Isso levou ao aparecimento de escolas locais e internatos, onde poucos, pertencentes a uma elite, podiam de fato estudar a língua portuguesa. De forma gradual, entretanto, em decorrência do efeito produzido por essa política de línguas e dos acontecimentos que viriam marcar a história da nação no século seguinte, as línguas indígenas foram sucumbindo, até a extinção de muitas delas.

Veja mais sobre a história do português no volume *Multilingüismo, divisões da língua e ensino no Brasil*, de Eduardo Guimarães, nesta coleção.

Por ora, retome o fôlego, e vamos continuar nosso percurso histórico. Vamos falar um pouco das línguas africanas?

Claro! Não sei quase nada sobre elas.

As línguas africanas no Brasil

"Bi afefe nfé min, bi ojugbon mingbon min, ôwiwi eye rôkô, ôwiwi agbatawawi."
(Se o vento soprar sobre mim, se a lançadeira (de tecer) me bater, "owiwi", que é ave do matto, owiwi, toma a responsabilidade.)

Extraído de "Cânticos dos Orichás (Cânticos com que se iniciam todos os preceitos)". In Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil.* São Paulo: Nacional, 1935. 2. ed.

Nina, você sabia que nos primeiros três séculos de colonização entraram no Brasil aproximadamente 3.600.000 africanos? Essa informação pode ser encontrada no seguinte *site:* http://labeurb.unicamp.br/elb/africanas/verbete_geral_africano.htm

Nossa! Quantos! Eu não imaginava que fossem tantos! Isso quer dizer que a África ficou vazia...

Sim! Os africanos que vieram para cá eram de regiões diversas, sendo que se destacaram entre eles os *bantos*, da região sul do equador (Congo e Angola e Moçambique) e os *sudaneses*, provenientes da região ao norte do equador. Entre os sudaneses, havia os grupos "Iorubá, Daomé e Fanti-Achanti (minas), e os grupos menores da Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta

e Costa do Marfim", os "grupos islamizados" do Norte da Nigéria: "os Fula, os Mandinga e os Hauças" (segundo Luiz Carlos Villalta). Sendo esses grupos de línguas e dialetos distintos — e, às vezes, até hostis entre si —, os portugueses faziam questão de misturá-los nos navios negreiros e nas suas propriedades, para impedir a possibilidade de conversa entre eles. Isso era importante para os portugueses; era uma forma de evitar a formação de grupos que tanto preservariam suas tradições culturais, como formariam movimentos contrários à escravização. Entretanto, a distância da terra natal e as condições nas quais viveriam aqui acabaram por uni-los de certa forma. Nas senzalas ou nos quilombos, as línguas e outras formas de linguagem, como as danças, os batuques e os calundus iam fundando os traços da cultura afrobrasileira que hoje nos constitui.

As línguas de origem africana, entretanto, não prevaleceram como segundas línguas em nosso país — nem mesmo como línguas estrangeiras, apesar de sua grande presença e importância na história do país. Não foram, à época do Brasil colônia, valorizadas como línguas a serem aprendidas pelos colonizadores, que tanto dependiam dos africanos, nem adquiriram, até agora, o *status* de línguas estrangeiras a serem implementadas no currículo de nossas escolas. Delas ficaram, em nossa **memória discursiva**, os vários vocábulos dos quais nos apropriamos.

Memória discursiva ou interdiscurso. Para fazer sentido, é preciso que as palavras se inscrevam numa memória. Essa memória é construída pela linguagem e na linguagem, e é o que chamamos, em Análise de Discurso, de memória discursiva ou interdiscurso. Ela é o já-dito, aquilo que sustenta o dizer, isto é, que garante a possibilidade histórica do dizer.

Como acarajé, vatapá, candomblé, umbanda, lemanjá e quilombo, por exemplo?

Isso mesmo! Você sabe mais do que imagina.

"A religião africana vivida pelos escravos negros no Brasil tornou-se assim diferente da de seus antepassados, mesmo porque não vinham todos os escravos de um mesmo local, não pertencendo a uma única cultura. Gêges, Nagôs, Iorubás, Malês e tantos outros trouxeram cada um sua contribuição, refundindo-as à luz de necessidades e realidades novas, superpondo ao sincretismo afrocatólico um outro quase sincretismo afro. Para que pedir fecundidade às mulheres se, na terra do cativeiro, elas geravam bebês escravos? Como solicitar aos Deuses boas colheitas numa agricultura que beneficiava os brancos, que se voltava para o comércio externo e não para a subsistência? 'Mais valia pedir-lhes a seca, as epidemias destruidoras de plantações, pois colheitas abundantes acabariam se traduzindo em mais trabalho para o escravo, mais fadiga, mais miséria.' A primeira seleção operada no seio da religião africana colocaria de lado as divindades protetoras da agricultura, valorizando, em contrapartida, as de guerra (Ogum), da justiça (Xangô), da vingança (Exu)".

Laura de Mello e Souza, *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Que interessante! Isso mostra como os africanos iam adaptando sua cultura aqui nessa época... apesar de ser triste demais o que passaram.

É, você tem razão: o movimento de colonização que trouxe a escravidão e a aniquilação de tantos costumes e línguas foi mesmo avassalador.

Com relação às línguas africanas, que também foram sendo apagadas no processo de oficialização da língua portuguesa, houve

ainda — é importante mencionar —, como na formação das línguas gerais indígenas, a formação de *línguas gerais africanas*, que serviam como línguas francas para que os africanos falassem entre si. Delas, o *iorubá* ou *nagô*, por exemplo, foi uma das que mais influência teve na Bahia. É dessa língua geral o fragmento que vimos no início desta seção, dos "Cânticos dos Orichás". Os rituais e as celebrações religiosas eram — e continuam sendo — lugares de preservação dessas línguas. Para falarem com os portugueses, entretanto, os escravos tiveram que aprender também o português.

© Biblioteca Mário de Andrade. Reprodução Iconographia — Reminiscências

***Engenho de açúcar*, gravura de O. Dapper, 1673.**

Puxa! Agora estou entendendo que a existência de uma língua realmente depende da situação política, das posições ocupadas por cada grupo social. Isso também aconteceu em outros países, não é?

Sim, e continua acontecendo, mas a partir de outros movimentos políticos. Você já pensou, por exemplo, na posição ocupada pelos países de língua inglesa no contexto mundial?

Bem, essa pergunta é complicada. Preciso pensar mais um pouquinho. Enquanto isso você pode falar sobre outras línguas estrangeiras?

Claro que sim, Nina. A história do Brasil passa pelo encontro de diversas línguas estrangeiras. Embora hoje isso esteja meio esquecido, porque, na maioria das vezes, quando pensam em língua estrangeira, as pessoas a relacionam, de imediato, somente com a língua inglesa.

É verdade!

Imigrantes franceses, ingleses, alemães, italianos e espanhóis: outras línguas européias no Brasil

Para começarmos esta seção sobre outras línguas estrangeiras no Brasil e sobre o seu ensino, vamos imaginar, arbitrariamente, um começo datado e situado historicamente, para facilitar nosso percurso de reflexão: a transferência da capital do Reino Português para o Brasil.

Esse fato, além de ter sido muito importante para quem vivia no Brasil, à época, já que vieram o Imperador e toda a sua corte (cerca de 15 mil pessoas!), também provocou o rearranjo das ordens política e social aqui estabelecidas. Com a abertura dos portos às nações ditas amigas, em 1808, aumentou a presença de ingleses, principalmente na região do Rio de Janeiro. A influência dos ingleses não se limitou à comercialização na colônia de seus produtos manufaturados: eles exerceram também grande pressão sobre a Coroa portuguesa para que ela proibisse o tráfico negreiro.

Mas isso aconteceu porque os ingleses estavam mesmo preocupados com as condições de escravização?

Digamos que não tenha sido bem assim. A Inglaterra estava em plena Revolução Industrial e, na busca pela ampliação de mercados, os ingleses defendiam o livre comércio, o fim da escravidão e o abandono dos princípios mercantilistas. Para a Coroa, que aqui havia se estabelecido, o fim do tráfico negreiro representava não só uma atitude diplomaticamente positiva como também o início de uma nova era na história das imigrações no Brasil: uma tentativa de "embranquecer" a colônia e colocá-la à altura da "civilidade" que a Coroa almejava. Dessa forma, teve início o que podemos denominar de *Política de Ensino de Línguas Estrangeiras* para dar conta de fins pragmáticos para o mercado, sobretudo depois da abertura dos portos para o comércio estrangeiro. Assim, em 1809 é assinado o "*Decreto de 22 de junho pelo próprio Príncipe Regente D. João VI, criando uma cadeira de língua francesa e outra de inglesa*".

Veja, a esse respeito, OLIVEIRA, 1999: 25.

E como era esse ensino?

Naquela época, ensinava-se tradução e gramática. As pessoas liam e traduziam para o português o que estavam lendo, e também aprendiam as regras gramaticais das línguas estrangeiras que estavam estudando.

Não podemos esquecer, entretanto, de alguns fatores políticos determinantes na escolha dessas línguas estrangeiras: a concepção enciclopedista francesa de conhecimento e sua influência sobre os gostos do monarca português, a Revolução Francesa (1789), no caso do francês, e, no caso do inglês, o avanço do poderio comercial da Inglaterra e dos Estados Unidos, bem como a independência deste último país, em 1776.

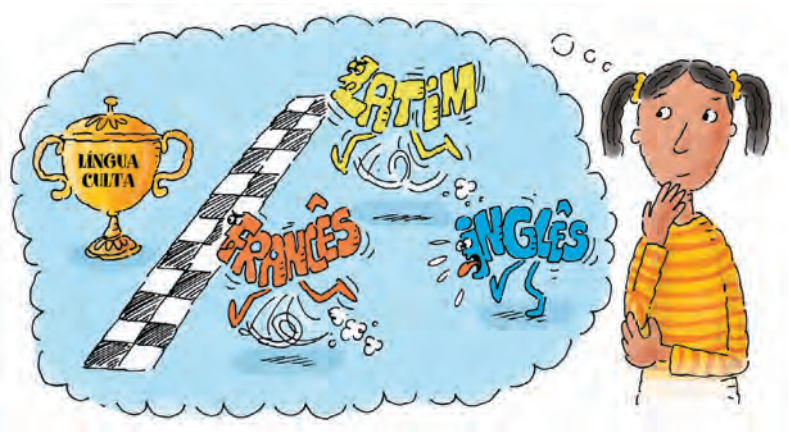
Quer dizer que em tudo temos a história... É... já vi que não vai ter jeito: pra estudar alguma língua estrangeira vou ter que saber história também... Mas acho que estudar assim é mais legal; afinal, agora vou querer entender o porquê de tudo. Então, já que você falou um pouco do francês, que tal falar um pouco da história do ensino do francês, s'il vous plaît?

Francês

Tiradentes estudava francês para ler os filósofos da Revolução Francesa. Entretanto, a leitura desses livros no Brasil era proibida na época, justamente porque eles poderiam inspirar idéias de liberdade. (Luiz Carlos Villalta, *op. cit.*)

Sabe, Nina, para contar a história do francês no Brasil é necessário voltar nosso olhar para o final do século XVIII. Antes de se ensinarem línguas estrangeiras modernas nas escolas, o grego e o latim eram as línguas que tiravam o sono dos alunos. Com o início da escolarização pública brasileira, as línguas estrangeiras modernas foram ganhando espaço e as línguas clássicas foram desaparecendo. Dessa forma, o francês foi a primeira língua moderna que concorreu com o latim como língua culta, sendo seguida de longe pelo inglês. Na medida em que trazia consigo idéias revolucionárias, o francês era geralmente considerado perigoso para os habitantes da Colônia, como citado anteriormente.

Embora depois do decreto de Pombal, que proibia o uso de outras línguas que não o português, o Brasil tenha se unificado pelo uso comum do português, o francês começou a gozar de um certo privilégio e passou a ser o idioma estrangeiro preferido pela maioria do povo brasileiro. Tanto que as escolas brasileiras passaram a difundir o ensino do francês como língua estrangeira.



Diferentemente do que se pensa, a preferência do povo brasileiro pela língua francesa não se deu por acaso — por um motivo que fosse somente, por exemplo, uma possível beleza fonética da língua —, tampouco por uma vontade do povo em aprender a língua francesa. Foi antes um ato decorrente de uma política de línguas que atendia as imposições político-econômicas regidas pela França. O Brasil, nesse momento, começava a aprender francês e, de certa forma, a imitar o que se fazia na França. Na Reforma Educacional Francisco Campos (1931), o francês, juntamente com o inglês, aparece como disciplina obrigatória do curso fundamental. Na década seguinte (Reforma Capanema de 1942), novamente junto com o inglês, o francês passa a ser estudado nos dois "ciclos" do curso secundário.

Nos "Programas de Ensino do Colégio Pedro II", do período entre 1862 e 1898, verifica-se que, além dos compêndios adotados nas aulas de francês, os alunos do Colégio Pedro II (no Rio de Janeiro) aprendiam também outras disciplinas utilizando livros franceses importados. A falta de boas obras nacionais e a adoção de compêndios franceses, por vezes, faziam com que o estudante desse importante colégio parecesse um aluno de liceu francês. Apesar de o inglês e o alemão também estarem presentes nos currículos do Colégio Pedro II, a língua francesa teve sempre lugar de destaque e era geralmente colocada nos primeiros anos dos cur-

sos, por ser considerada fundamental. Sua aprendizagem incluía, além da aparelhagem lingüística (ler, escrever, falar), a história da literatura francesa e a leitura de seus clássicos.

Muito embora a criação das cadeiras de francês e inglês tenha atendido a um mesmo propósito — o de incrementar e dar prosperidade à instrução pública —, as intenções culturais e literárias do decreto de 22 de junho de 1809 e das nomeações dos professores parecem ter atingido apenas o ensino do francês, língua então considerada universal, cujo conhecimento era obrigatório para o ingresso nos cursos superiores.

Nossa! Não imaginava que o francês tivesse passado por tudo isso: chegou a ser uma língua proibida e, apesar disso, se tornou obrigatória... como o inglês é hoje em dia...
Falando nisso, conte um pouco sobre a língua inglesa! Já aprendi a cantar o "Happy birthday to you"...

Inglês

Os imigrantes americanos eram técnicos (dentistas, médicos, professores) que tinham fazendas nos Estados do Sul (Alabama, Geórgia, Flórida, Texas) e perderam tudo depois da guerra civil. Eles trouxeram novas técnicas de plantio e ferramentas como o arado. Como não tiveram permissão para enterrar seus mortos nos cemitérios católicos, os americanos decidiram construir um cemitério próprio na fazenda Oliver. Em 1972, o Cemitério dos Americanos foi visitado pelo então governador da Geórgia, Jimmy Carter, que anos depois foi presidente dos Estados Unidos.

Judith MacKnight Jones (descendente de um dos pioneiros americanos no Brasil).
Soldado descansa*! Uma epopéia norte-americana sob os céus do Brasil.*
Ed. Fraternidade Descendência Americana, 1967.

A língua inglesa, por conta das ações do Império britânico, tem uma antiga relação com os países falantes de português. Em 1703 foi firmado o tratado *Metheun* — que regia o comércio de panos e vinhos (de acordo com Gilberto Freyre, 1948) — entre a Coroa lusitana e o Império britânico, cuja leitura permite perceber os vestígios de uma dominação econômica inglesa que se estenderia — ousaríamos dizer — até os dias de hoje. Essa dominação não se restringiu somente à assinatura de contratos econômicos, mas acabou por influenciar também os rumos históricos do império português. A transferência da Família Real portuguesa para sua colônia americana foi processada sob os conselhos e o amparo da Inglaterra, fato que mais tarde faria dela o único privilegiado com a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional (1808).

As influências inglesas no Brasil são descritas por historiadores como sendo, inicialmente, econômicas. Mas nós, da área de Estudos da Linguagem, consideramos que elas foram decisivas, especificamente, no que diz respeito à língua. É possível reconhecermos seus traços em obras brasileiras como as de Álvares de Azevedo, inspirado em Lord Byron, ou mesmo nas de Machado de Assis, que assimilou de tal modo os modelos britânicos de humor e de estilo que os irônicos acabaram chamando-o de "mulato inglês".

Nossa! Que legal saber isso! Agora vou ler Machado de Assis de forma diferente...

Sim, mas ainda temos mais história! Embora tenha sido grande a influência da Inglaterra sobre o Brasil, um outro fato que marcou regionalmente a presença da língua inglesa no país foi a chegada de um grupo de aproximadamente 3.500 sulistas confederados norte-americanos. Estes migraram para o interior do estado de

São Paulo (150 km a noroeste da capital), fundando ali, em 1866, os municípios de Americana e Santa Bárbara D'Oeste e iniciando a plantação de algodão e de melancia. Hoje restam poucas famílias de estadunidenses na região, mas alguns indícios de sua influência podem ser encontrados nos nomes de ruas, escolas e bairros. Também há marcas dessa imigração no brasão da cidade de Americana — que tem como fundo a bandeira confederada estadunidense — e na Praça dos Americanos, onde um monumento lista os nomes das famílias imigrantes que ali se estabeleceram.

© Acervo Memorial do Imigrante (São Paulo)

Família de imigrantes norte-americanos. Santa Bárbara D'Oeste – SP, 1913.

Puxa, então também vou olhar com outros olhos a cidade de Americana!

É, e como você pode ver, Nina, a presença da língua inglesa no Brasil está relacionada ora ao domínio inglês ora ao estadunidense. Mas o fato mesmo é que ela exerceu, desde a época da colônia portuguesa, uma profunda influência na forma de pensar e de agir do povo brasileiro. Tanto é que D. Pedro II escolhia, ele próprio, os professores que lecionavam no Colégio Pedro II. Ele assistia pessoalmente às provas e conferia as médias aos candidatos.

Você acredita que o último ato público do Governo de D. Pedro II, em 14 de novembro de 1889, ocorreu dentro do Colégio, com o próprio Imperador presidindo um concurso para professores de inglês?

Uau, que legal! O ensino de línguas estrangeiras era uma questão real! Imagine ser avaliado pelo Imperador em um concurso para professor de inglês! Será que ele pedia para os candidatos fazerem o som do th? Esse som é difícil, né?

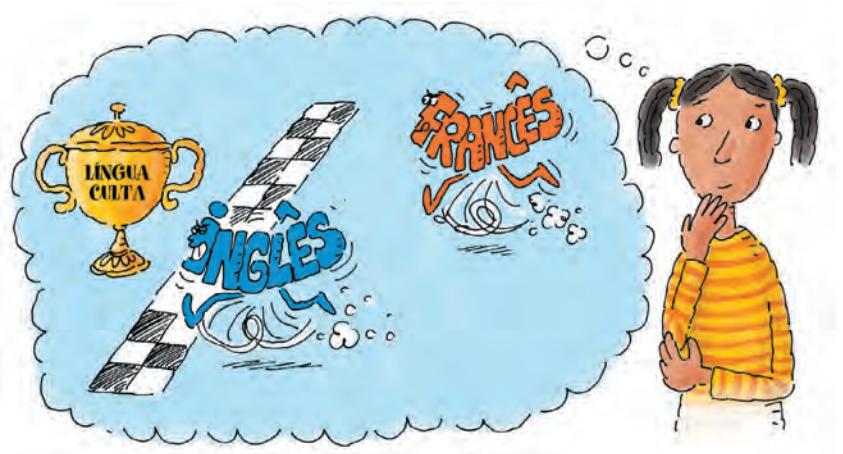
É um som diferente. Mas é fácil de produzir. Se você encostar a língua nos dentes superiores e falar "massa massinha sorvete de casquinha", com certeza vai conseguir.

He he, uma boa dica!

Bem, mas voltando à língua inglesa, como vimos antes, seu ensino oficial apareceu, pela primeira vez, juntamente com o francês, em 1809, quando foi assinado aquele "Decreto pelo Príncipe Regente, criando uma cadeira de língua francesa e outra de inglesa". Porém, diferentemente do francês, a aprendizagem do inglês esteve, desde o início, voltada para objetivos mais imediatos, já que o seu conhecimento não era exigido para o ingresso nas academias (sendo, portanto, desnecessário no currículo dos estudos secundários). Ele se justificava apenas pelo aumento do comércio e das relações comerciais da nação portuguesa com a inglesa, constituindo assim uma disciplina complementar aos estudos primários, não tendo o mesmo *status* de "língua da intelectualidade" que tinha o francês.

Por muito tempo o ensino de inglês ficou lado a lado com o ensino do francês nas grades curriculares da escola brasileira. Porém — e aqui, Nina, começa a resposta à sua pergunta, sobre o porquê de termos que aprender inglês hoje —, após a Lei nº 5.692, de 1971, época em que os Estados Unidos já exerciam um

grande controle dos meios de produção científica, do comércio etc., o inglês começou a ter prioridade nas grades curriculares brasileiras. O ensino de francês, por sua vez, começou o movimento inverso, sendo gradualmente subtraído do ensino básico oficial. Em dado momento, o inglês, enfim, se tornou a única língua estrangeira obrigatória na escola.



É, foi assim que tudo começou...

Mas... espere aí! Antes mesmo disso, a valorização do inglês já ganhara terreno, na década de 1930. Como você sabe, nessa época, as disputas geopolíticas no mundo fizeram eclodir a Segunda Guerra Mundial. A difusão da língua inglesa no Brasil passou, então, a ser vista como uma necessidade estratégica para contrabalançar o prestígio da Alemanha no Brasil, devido à imigração ocorrida no século anterior, como veremos mais adiante.

Ah, então começou até antes da década de 1970 a importância da língua inglesa para nós...

É verdade, Nina. Mas é bom você saber que os governos britâni-

co e estadunidense tiveram um papel decisivo nessa questão. Em 1935, por exemplo, já havia um movimento de ensino do inglês pela iniciativa privada, tanto que, nesse ano, surgiu o primeiro acordo de cooperação entre a Escola Paulista de Letras Inglesas e o Consulado Britânico. E em 1938 surgiu, em São Paulo, o primeiro instituto binacional, com o apoio do consulado norte-americano. E mais ainda: o governo estadunidense, nesse período, também deu incentivos à difusão do ensino do inglês, por meio de livros, filmes, discos e exposições itinerantes. Os funcionários do Escritório estadunidense no Brasil notavam com satisfação, em 1943, que as escolas estadunidenses precisavam ser urgentemente ampliadas, devido à demanda crescente por matrículas pelas famílias brasileiras de classe média.

Pelo fato de os brasileiros estarem submetidos a uma propaganda intensa, a aprendizagem do inglês passou a estar relacionada a maiores possibilidades profissionais. A partir daí, temos que pensar em, pelo menos, dois aspectos. Um deles diz respeito a uma relação ideológica que fomos construindo com a escola de ensino fundamental ou médio pública ou privada, segundo a qual se acredita que "não é possível aprender língua estrangeira nesses lugares". Existe, já há algum tempo, um certo discurso sobre a falência do ensino de línguas estrangeiras que nos atinge a todos. Você já não se cansou de ouvir seus colegas dizendo que "na escola só aprendem o verbo *to be*"?

Sim, isso todo mundo fala. E também tem sempre aquelas piadinhas com a frase "the book is on the table" nos programas de TV e rádio, quando algum personagem quer representar que sabe falar inglês.

Pois é, essas são marcas na língua dessa crença de que não aprendemos línguas estrangeiras na escola. Porém, não podemos deixar de considerar que também faz parte desse imaginário a

idéia de que precisamos ir para escolas privadas de idiomas se quisermos aprendê-las e, aí, chegamos ao segundo aspecto a ser levado em conta.

A partir da década de 1960, teve início uma proliferação de cursos comerciais de línguas estrangeiras operando em redes de franquia. A partir de então, esse tipo de curso foi crescendo tanto em nosso país, que hoje podemos encontrar milhares de escolas de línguas, com os mais diversos tipos de abordagem, técnicas e aparelhagem. Essas escolas investem muito em mídia, divulgando seus cursos, geralmente, com dizeres do tipo: "Aqui você aprende inglês de verdade" ou "Não fique só no *the book is on the table*". Esses dizeres, que estão por toda parte, resultam numa espécie de reafirmação dos dizeres daqueles alunos que mencionamos anteriormente, e se sustentam, isto é, são historicamente possíveis, exatamente por causa daquele sentido de falência do ensino de língua estrangeira na escola normal pública ou privada que está em nossa memória discursiva.

Mas nós podemos aprender língua estrangeira na escola normal, não podemos?

Claro que sim! E aprendemos. Quando conseguimos ler textos, entender propagandas ou trechos de músicas, por exemplo, significa que aprendemos. Falar inglês no nosso país não é uma realidade para todos — nem precisa ser. De forma geral, ainda fazemos muito mais uso da nossa capacidade de leitura nessa língua do que da fala.

É. E nas aulas de inglês, a gente sempre lê vários textos e canta músicas também. Ontem mesmo minha professora levou uma música e todos nós cantamos. Foi legal porque aprendi várias palavras novas e percebi como os americanos gostam de usar as palavras free e freedom.

É mesmo? E o que mais você gosta de fazer na aula de inglês?

Sem exagero, eu adoro quando entendo palavras nos filmes ou faço comparações sobre os nomes dos personagens de histórias em quadrinhos americanas que são traduzidos em português, como o Pateta, por exemplo, que é o Goofy, em inglês... Gosto também de perceber como os sons do inglês são tão diferentes dos do português. Mas diferente mesmo deve ser o alemão. Já ouvi meus tios conversando em alemão e achei os sons superlegais, só que não consegui entender nada. Você podia falar um pouco do alemão?

Claro, vamos lá! Vamos começar com mais uma história...

Alemão

"O ano de 1969 foi um grande marco na minha vida. Não porque o primeiro ser humano pisou na Lua, mas porque comecei a freqüentar a escola. Isto para os filhos de 'colonos', como ainda hoje se chamam os descendentes de imigrantes alemães no Sul do Brasil, significava aprender a falar português. Finalmente havia chegado a oportunidade de me igualar com minha amiga de infância, Marilene, filha do dono da 'venda', que havia aprendido o idioma com os irmãos mais velhos e pelo contato com os brosilióner *(*Brasilianer, *'brasileiros'), que freqüentavam o armazém. Nasci em Batinga, um lugarejo de 120 famílias, quase todas de ascendência alemã. Os 19 quilômetros da estrada até a sede do município de Brochier ainda hoje são de chão batido, como quase todo o interior do Rio Grande do Sul. Nosso contato com o resto do mundo se dava através do rádio e do leiteiro, que ao passar todos os dias para recolher o leite trazia o jornal (do dia anterior) e encomendas especiais. Meu avô, o único assinante naquelas bandas, não se importava com o atraso. Lá, o mundo de qualquer forma girava muito mais devagar. Meus avós pertenceram à última geração alfabetizada em alemão. Naquela época, escola e religião*

corriam paralelas. Tanto, que se dizia Aus der Schuul komme *(*Aus der Schule kommen*, 'terminar o primário') quando se fazia a comunhão ou confirmação (luteranos).*
*Era um marco importante na vida, pois se deixava de ser criança e se adquiria permissão para freqüentar o mundo dos adultos, ir a bailes e ter namorado (*Schätzen haben*).*
Minha mãe já havia sido alfabetizada em português, mas estudou a catequese em alemão. Até os anos 70, os pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil vinham todos da Alemanha, sendo os cultos, portanto, em alemão. Hoje em dia, muitas comunidades ainda oferecem serviço em alemão em ocasiões especiais."
http://www.dw-world.de/dw/article/0,1564,1158846,00.html —
Roselaine Wandscheer, redatora da DW-WORLD

É! A escola e a igreja marcavam mesmo a vida dessas famílias alemãs, não é? E por falar em famílias alemãs, é verdade que em alemão quase todo mundo já tem a profissão no nome? Ouvi dizer que Schuhmacher é sapateiro, é verdade?

É verdade, sim, Nina. Podemos dizer que vários sobrenomes alemães que encontramos no Brasil são designações de ofício: Schmidt é *Schmied*, o ferreiro; Weber é o tecelão; Zimmermann é o carpinteiro; Müller, o moleiro, e, confirmando o que você disse, Schuhmacher é o sapateiro. Hoje essas profissões nem têm mais muita visibilidade no mercado de trabalho, mas na época em que os alemães vieram para o Brasil, elas eram consideradas muito importantes.

E quando é que os alemães vieram para cá?

O marco histórico da imigração alemã para o Brasil foi a fundação, em 1824, da colônia São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Os primeiros imigrantes alemães foram principalmente agricultores. Mas isso mudou depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A

Alemanha derrotada, como você já sabe, não dava possibilidades de trabalho e, então, os alemães que vieram para cá não eram mais, em sua maioria, agricultores, como os que vieram no século anterior. Mas como estamos falando principalmente das línguas estrangeiras, devemos lembrar que não só os movimentos imigratórios de alemães para o Brasil foram marcados pelos acontecimentos histórico-políticos mundiais, como também o ensino dessa língua no país. A participação da Alemanha nas duas Guerras Mundiais, por exemplo, também produziu efeitos nesse processo, e a língua alemã sofreu, por duas vezes, interdições do governo brasileiro.

© Acervo Memorial do Imigrante (São Paulo)

Alunos e professores da Escola Alemã, com seu fundador, Pastor Theodoro Koelle. Rio Claro - SP, 1902.

Que tipo de interdições? O que isso significa?

Bem, tanto no governo de Wenceslau Braz (no período da 1ª Guerra), quanto no de Getúlio Vargas (no período da 2ª Guerra), a língua alemã foi proibida publicamente. Essas proibições mostram a importância das línguas como estabilizadoras de ideologias. Sempre que você fala uma língua, você está contando uma história, e está, portanto, na ideologia.

Como assim?

É que a língua de um país traz em si a própria história desse país, e também a sua ideologia. Então, não era necessário que os alemães, na época da 2ª Guerra, por exemplo, fizessem propagandas nazistas, porque falar em alemão já trazia a memória dessa ideologia.

Nossa! Cada língua estrangeira que falamos até agora tem uma história mais complicada que a outra, e tudo está relacionado com a política. Ainda bem que esses imigrantes todos não resolveram ir embora.

Não só não foram embora como contribuíram muito para a riqueza de nossa história. Vamos falar agora sobre os italianos?

Italiano

"(...) a impressão de espanto de um mineiro ao conhecer São Paulo em 1902: 'Os meus ouvidos e os meus olhos guardaram cenas inesquecíveis. Não sei se a Itália o seria menos em São Paulo. No bonde, no teatro, na rua, na igreja, fala-se mais o idioma de Dante que o de Camões.
Os maiores e mais numerosos comerciantes e industriais eram italianos. Os operários eram italianos'.
Sousa Pinto, um jornalista português que esteve na Cidade na mesma época, não conseguiu se fazer entender por vários cocheiros de tílburi, todos falando dialetos peninsulares e gesticulando à napolitana. Escritas em italiano eram também as tabuletas de vários edifícios.
'Encontramo-nos a cogitar se por um estranho fenômeno de letargia em vez de descer em São Paulo teríamos ido parar à Cidade do Vesúvio' (...)"

Ernani da Silva Bruno. *História e tradições da cidade de São Paulo.*

Pois é, Nina, a língua e a cultura italiana exercem tanta influência sobre o brasileiro, especificamente sobre o paulistano, que alguns bairros da cidade de São Paulo (vários são os livros que assim o relatam) parecem mesmo bairros da Itália. A escritora Gina Ferrero, por exemplo, em suas impressões de viagem, editadas na Itália em 1908, assinalava que o traço mais saliente da cidade era a sua italianidade. Segundo a escritora, ouvia-se falar o italiano mais em São Paulo do que em Turim, em Milão ou em Nápoles, porque ao passo que os italianos desses lugares falavam dialetos vários, em São Paulo todos os dialetos se fundiam sob a influência dos vênetos e dos toscanos — que eram a maioria — e até os não-italianos da cidade acabavam por adotar o italiano como língua oficial. São Paulo dispunha de umas 50 escolas italianas, numerosíssimas sociedades italianas de música e de pintura. Vinhos, pães, automóveis, roupas, tecidos, livros, anúncios, tudo era italiano (segundo Versaci, citado por Carlos José Ferreira Santos, *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza*).

© Acervo Memorial do Imigrante (São Paulo)

Imigrantes italianos trabalhando na colheita de café em Ribeirão Preto – SP, 1902.

E lembrando das contribuições das quais falávamos, a sociedade italiana de fato fundou tantas instituições musicais, esportivas e recreativas, educacionais, líricas, que de uma forma ou de outra só faziam São Paulo parecer a Itália. A Societá Italiana di Beneficenza foi a primeira a ser criada, em 1878, e dirigiu por muitos anos o Hospital Humberto I. Também foram fundados vários colégios populares para alfabetizar crianças da comunidade italiana. Em 1919, esses colégios chegaram a abrigar nove mil alunos!

Engraçado! Imagine só: nessa época São Paulo falava mais italiano que a Itália... E falando em tantas línguas, agora tô me lembrando de uma historinha da Bíblia... Era uma história em que as pessoas queriam fazer uma torre para chegar ao céu, mas se desentenderam, pois cada grupo, que ficava em um andar, começou a falar uma língua diferente!!!

Sim! Você está se referindo à história da Torre de Babel. Bem — e de fato — são tantas as línguas que participaram da nossa história que, em determinada época, parecíamos mesmo essa Torre. E temos que falar ainda sobre o espanhol. Já que você mencionou a Torre de Babel, podemos começar a falar do espanhol com uma brincadeira de linguagem, que expressa um pouco de sua história aqui: "não é a Torre de Babel, mas faz chegar ao CEL" ou "de quando a educação pública lança os primeiros olhares para o espanhol".

Faz chegar ao céu?

Bem... não é exatamente esse céu, mas um outro, criado pelo Governo...

Espanhol

O final da década de oitenta, Nina, foi um momento em que acontecerem várias mudanças na política nacional brasileira. Presenciamos o fim da ditadura militar, a promulgação da Constituição brasileira, a escolha de um presidente por eleições diretas.

Foram mesmo várias mudanças...

Sim e dentro desse contexto, houve também algumas mudanças no que dizia respeito à política do ensino de línguas estrangeiras nas escolas públicas estaduais de São Paulo. Em 1987, foram criados os Centros de Estudos de Línguas — os CELs. Eram unidades vinculadas administrativa e pedagogicamente a escolas estaduais, que tinham por finalidade proporcionar aos alunos das escolas públicas estaduais uma possibilidade diferenciada de aprendizagem de várias línguas estrangeiras modernas, com prioridade para o espanhol. Tanto que, num parágrafo único dessa Resolução, no Título II — nomeado "Dos Objetivos e Finalidades" — ficou afirmado que "Todos os Centros deverão considerar em sua proposta pedagógica os acordos brasileiros para o Mercosul, priorizando a oferta de espanhol".

Sabe, Nina, na visão do professor Eduardo Guimarães (2001), esses centros, os CELs, foram **espaços de enunciação** presentes nas brechas do currículo da escola pública.

Veja mais, sobre esse assunto, no volume *Multilingüismo, divisões da língua e ensino no Brasil*, de Eduardo Guimarães, nesta coleção.

Espaços de enunciação?

Sim, espaços em que se poderiam instituir novos sentidos, como, por exemplo, a valorização de outras línguas estrangeiras que não o inglês. Não que esta seja uma língua que não deva ser

valorizada, mas a idéia é a de que, na escola pública, deveria haver a possibilidade de espaço para várias línguas.

Hummm, aumentar o espaço da língua espanhola...

Nina, uma questão importante para nós, apontada pelo professor Eduardo Guimarães, é a de que trabalhar o ensino de espanhol no Brasil é um modo de redividir o espaço para torná-lo cada vez mais sul-americano e cada vez menos norte-americano ou europeu, ao lado de trabalhar a resistência ao avanço do inglês, notadamente, como língua de todos. É uma resistência a um certo tipo de monolingüismo. Não se trata, segundo ele, de uma atitude quixotesca e sem conseqüências, como aquela que busca proibir o uso de palavras estrangeiras no português.

Já falamos sobre muitas línguas: as indígenas, as africanas, o português, o francês, o inglês, o alemão, o italiano e o espanhol... Mas tá faltando ainda. E os chineses e os japoneses que vieram para cá? Não me esqueci da Harumi, nem dos meus amigos Li e Kimie.

Vamos lá, então, pois suas histórias também são muito interessantes.

Imigrantes chineses e japoneses: encontrando algumas línguas orientais

Para pensarmos sobre as línguas chinesa e japonesa, precisamos voltar um pouco na história — ao governo de D. João VI. A Coroa, ao vir para cá, não pensava em se adaptar ao que já existia aqui. A sua preocupação girava no sentido de recriar no novo Império aquilo que havia deixado para trás: suas construções, seus colégios, suas formas de administrar e sua origem racial, ou seja, a branca. Nosso país era então conhecido como "América portuguesa", e na tentativa de "embranquecer" o lugar, como já mencionamos antes, várias políticas de incentivo à vinda de trabalhadores livres europeus foram implementadas. Houve a oferta de pagamento de passagens e venda de pequenas propriedades aos europeus que as pudessem pagar. Mas o interessante é que o trabalhador mais barato que surgiu, dentre as primeiras opções, foi um não-europeu: o chinês. Entre 1854 e 1856, aproximadamente dois mil chineses foram trazidos ao Rio de Janeiro (segundo Luiz Felipe de Alencastro e Roberto Catelli, em

Trabalho escravo e trabalho compulsório no Brasil: 1870-1930. Relatório de Pesquisa FINEP – CEBRAP, São Paulo, 1969).

Devido a uma preocupação racial, ou seja, a idéia de "embranquecimento" da população e às discussões que começavam a despontar no âmbito nacional por causa disso, o projeto de trazer trabalhadores chineses não deu certo. A questão era: que outras nacionalidades viriam juntar-se às já existentes para formar a identidade do Brasil? Pela primeira vez na nossa história, Nina, a **identidade do povo brasileiro** era colocada em questão.

Nas discussões sobre o assunto, havia alguns descendentes de europeus que defendiam a necessidade de uma presença européia mais significativa. Outros defendiam que não importava que raças viessem, contanto que pudessem continuar com os ganhos que as fazendas obtinham com o sistema de trabalho compulsório. De modo geral, pesava contra os asiáticos (chineses e japoneses) não só esse discurso de que era necessário "embranquecer o país", mas também o choque de culturas e as desilusões provocadas pelas diferenças entre os sonhos dos imigrantes e a realidade dessas formas de colonização.

Choque de culturas? Sonhos e desilusões dos imigrantes?

Sim. Veja esta história:

"No começo, acreditando poder captar alguma coisa quando abordados por brasileiros, os imigrantes punham-se a escutar atentamente, mas percebendo que tudo era ininteligível, limitavam-se a dizer: 'Yo num compurende'. O interlocutor procurava fazer-se entender por todas as formas, através de gestos e mímicas. Isto, para os imigrantes, era algo tremendamente embaraçoso. Alguns evitavam ao máximo avistar-se com brasileiros, alegando 'olhe, lá vem outro brasileiro: esconda-se que é maçante'.

A coisa piorava quando se aprendia um pouco de português, porque, não conseguindo esforçar-se para ouvir até o fim (o próprio esforço

era inútil), não agüentava mais e respondia: 'Shim, shim'. Acontece que o interlocutor podia interpretar isso como sinal de que fora compreendido e ficar satisfeito com a conversa, e o resultado podia ser inesperado. (...) 'Ele disse que eu podia casar com a filha'. Tinha-se, então, que pedir ajuda ao intérprete: 'Na verdade, não entendia nada do que ele falava e, por isso, não tive paciência para continuar ouvindo e mandei-o embora dizendo 'shim, shim' a tudo. Peço que vá explicar a ele, pedindo desculpas.' O intérprete é que desempenhava um papel ingrato, precisando ir desfazer o prometido."

Extraído de Tomoo Handa. *Memórias de um imigrante japonês no Brasil* (trad. de Antônio Nojiri). São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1980.

É... coitado mesmo do intérprete!

O século XX, Nina, apresentou, em seu início, a continuidade do processo imigratório instalado no final do século XIX, quando vieram, por exemplo, tantos mais alemães e italianos dos quais já falamos. Em 1908, chegaram ao Porto de Santos, no *Kasato-Maru* — o primeiro navio de imigrantes japoneses —, 800 imigrantes, que foram distribuídos por fazendas de café no estado de São Paulo. As condições de imigração eram difíceis: nas fazendas, como os ganhos eram distribuídos de acordo com o que cada família rendia na lavoura, e como era difícil conseguir manter a união necessária em um grupo não-familiar, demorava-se muito para conseguir juntar o dinheiro para pagar as dívidas da viagem ou mesmo as que os imigrantes iam fazendo aqui. Além disso, o choque cultural foi bastante grande. Eram línguas completamente diferentes que entravam em contato. Os japoneses tentavam estudar o português à noite, depois do trabalho, com intérpretes que, por sua vez, ainda não o falavam bem. Para os imigrantes, apesar das anotações feitas em japonês sobre o português, era difícil compreender por que "a língua falada era tão diferente da escrita" e por que a resposta a uma pergunta negativa, como, por exemplo,

“Não tem?” era uma resposta também negativa: “Não”. Em japonês, a resposta a essa pergunta seria: “Sim, não tem” (segundo Tomoo Handa, *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*).

É... o português e o japonês são bem diferentes mesmo.

E, para complicar ainda mais o processo de ambientação dos japoneses, havia também as diferenças de alimentação e clima. Verões fortíssimos e prolongados desgastavam os imigrantes nas lavouras — até mesmo porque muitos deles nunca haviam trabalhado nesse ofício — e a comida era sempre muito diferente daquela a que estavam acostumados. Não tinham o hábito de comer pão, como os italianos, nem de comer feijão e arroz preparados com gordura de porco e de cozimento mais breve, o que exigia mais mastigação.

© Acervo Memorial do Imigrante (São Paulo)

Desembarque de imigrantes japoneses. Santos – SP, 1930.

Para muitos japoneses, as dificuldades nas fazendas eram insuportáveis, o que fez com que fugissem das fazendas para tentar a vida nas cidades. Assim, iam também se espalhando por outras regiões e começavam a desenvolver outras funções na sociedade brasileira. A miscigenação com brasileiros ou imigrantes de outras nacionalidades, entretanto, demoraria mais para ocorrer, tendo sofrido algum tipo de resistência na primeira geração, mas as crianças e a segunda geração — aqui nascidas — começariam, pelo menos, a aprender o português coloquial, servindo de intérpretes para seus familiares.

Puxa, eram muitas as dificuldades mesmo! Nunca tinha pensado nessas questões culturais de adaptação... nem na da comida, nem na do clima.

Bem... mas apesar de todas essas dificuldades, até 1919 entraram no país mais de 27 mil imigrantes japoneses, e até 1939, mais de 158 mil (dados extraídos de Jeffrey Lesser, *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2001).

Desses tantos imigrantes que foram se instalando em São Paulo, no Paraná, no Espírito Santo e em outras regiões, a língua japonesa foi sendo passada de geração em geração a partir da rigidez ideológica de cada família. Em algumas famílias a primeira geração no Brasil nem mesmo chegou a aprender a língua portuguesa. Em outras, a segunda geração foi criada falando a língua japonesa em casa e aprendendo a ler e a escrever essa língua em colégios japoneses nas colônias. O português era importante para as questões jurídicas (elaboração de documentos, por exemplo) e para o relacionamento dos japoneses com imigrantes de outros países ou com brasileiros. A terceira geração optou, por vezes, em educar os filhos somente com a língua portuguesa, vislumbrando

daí um maior entrosamento com a cultura não-oriental, talvez marcando — ao mesmo tempo e sem saber — o fim do sonho dos imigrantes da primeira geração, de voltarem ricos para o Japão. Eram já mostras das raízes que se haviam fincado nas terras brasileiras.

De qualquer forma, com o tempo, a língua japonesa foi se estabelecendo na cultura brasileira. Como as línguas africanas, que deixaram suas marcas na língua portuguesa falada aqui no Brasil — como aqueles vocábulos que comentamos anteriormente, sua música etc. —, também os japoneses deixaram impressas em nossa memória discursiva palavras relacionadas à sua culinária, religião ou filosofia de vida.

Eu sei. Palavras como tofu e sushi, que eu adoro, e o estilo zen-budista de vida que a minha prima diz seguir. Ela come com hashi, faz ikebana e luta karate.

É verdade. Cada uma das línguas estrangeiras que foi se estabelecendo aqui foi deixando algum traço na nossa língua. E lembremos: se foi deixado na nossa língua, faz parte de nossa cultura. A cultura não acontece fora da língua. Por isso é que podemos pensar que o português que falamos aqui é diferente do falado em Portugal. Como fomos nos constituindo com povos diferentes e movimentos de colonização, expansão, imigração diversos, temos uma *discursividade* própria de nossa língua.

"Discursividade"? O que é isso?

Discursividade é uma forma particular de constituição de nossa língua e de nossos sentidos que está relacionada com a nossa história e com as relações que fomos estabelecendo com as línguas estrangeiras. Pensemos assim: a língua portuguesa foi "transplantada" para o Brasil e, nesse movimento, como pudemos observar, muitas relações foram se formando e permitindo a

Eni Orlandi e Eduardo Guimarães analisaram, entre outras obras, a *Grammatica histórica da língua portuguesa*, de M. Pacheco Silva Jr. (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1879) e a *Grammatica da língua portugueza*, de M. Pacheco Silva Jr. e L. Andrade (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887).

emergência de novos sentidos e de novas palavras, originárias de outras línguas. Eni Orlandi e Eduardo Guimarães (2001: 31), por exemplo, mostram como nas Gramáticas antigas do português do Brasil os autores descreviam as diferenças lexicais entre a língua de Portugal e a língua do Brasil. Aqui existiam as palavras *aipim* e *batuque*, por exemplo, que não existiam lá. Por outro lado, aqui havia também as palavras *faceira* e *xácara*, mas com sentidos diferentes daqueles de Portugal: a primeira significava para os portugueses "carnes das faces do boi", e para nós, brasileiros, era "mulher casquilha"; a segunda, significava para eles "romance", e para nós virou "casa de campo". As palavras e os sentidos vão surgindo incessantemente, já que elas se localizam dentro de um *processo histórico*, lembra?

Bem, já falamos de muitas histórias *de* e *com* línguas estrangeiras no nosso país, mas talvez seja bom discutirmos também, mais pontualmente, um aspecto importante para a continuidade da manutenção dessas línguas aqui: os costumes nos âmbitos público e privado.

Línguas estrangeiras no Brasil: a(s) história(s) nos âmbitos público e privado

Vamos retomar um pouquinho o assunto da colonização européia no Brasil:

> *"(...) minha mãe sempre fala que, por exemplo, ela é de descendência [sic] italiana (...) e falava italiano em casa. Então, ela tinha o italiano em casa e o português na escola, assim, com sotaque muito misturado, com sotaque muito italiano (...). Na escola, as outras crianças gozavam muito dela. Ela não conseguia falar 'carro', por exemplo, e falava 'caro' (...) hoje em dia ela até fala: 'Puxa vida, eu fui tentando melhorar, esquecer o italiano que era a língua errada, ou as palavras, as formas, pra poder aprender bem o português por causa da gozação das outras crianças', e hoje ela meio que não sabe nada da língua (italiana)."*
>
> Extraído de Simone Hashiguti, *Subjetividade brasileira e aprendizagem de línguas estrangeiras: um estudo discursivo.* Tese de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2003.

Puxa, que pena!

Essa história, que não é diferente da história de vários descendentes de outras nacionalidades, Nina, retrata — como nas mudanças descritas anteriormente sobre as atitudes lingüísticas das gerações das famílias de japoneses no Brasil — os conflitos ideológicos referentes a uma política de línguas particular que foi vivida também por vários outros colonos que para cá vieram. As primeiras gerações de imigrantes tiveram, na língua portuguesa, uma língua estrangeira com a qual tinham que lidar em alguns aspectos: tinham que ter documentos, por exemplo e tinham que conviver em algum nível com brasileiros e outros imigrantes.

Como os portugueses que chegaram no século XIX, tentando recriar Portugal nas terras brasileiras, os outros imigrantes também tentaram recriar, em suas casas e em suas comunidades, os seus países de origem. Como elos que os ligavam às suas terras natais, cuidaram de deixar marcas na decoração de suas casas, em sua culinária, nos nomes de seus descendentes e de seus estabelecimentos comerciais, quando era o caso. Falaram também as suas línguas em casa e nas comunidades que, com o aumento do número de imigrantes dos mesmos países, originaram os bairros étnicos que existem ainda hoje em várias cidades.

Como os famosos Bexiga e Liberdade, em São Paulo, por exemplo?

Sim. Nesses bairros, como vimos anteriormente quando falamos sobre os italianos, era possível ser estrangeiro no novo país sem se sentir tão estrangeiro. Havia, ali, não só os vizinhos que falavam a mesma língua, mas também encontros para preparar receitas antigas com ingredientes brasileiros adaptados, ou jogos e celebrações religiosas ou cívicas de seus países de origem (como a Festa de Nossa Senhora Achiropita, nos bairros italianos, o *shabat* judaico etc.).

© Fabio Colombini

Liberdade, um bairro étnico japonês em São Paulo – SP.

Algumas religiões de origem, mesmo sendo proibidas a princípio, também sobreviviam nas casas e, com elas, as línguas.

Religiões proibidas?

É que o governo português, Nina, além de tentar trazer mais europeus para cá, procurou trazer também imigrantes católicos, proibindo por lei (em 1824) que cultos de outras religiões fossem praticados em público e também a existência de casas e prédios que explicitassem sinais de outra orientação religiosa. E a leitura de textos sagrados e muitos cultos religiosos estavam sempre relacionados às línguas de origem.

Nossa! Deve ser terrível não poder expressar em público a sua crença.

De fato, mas como já vimos antes — e ainda bem — os imigrantes também sempre conseguiam manter suas línguas, seus costumes e tradições através da união nas associações culturais, da impressão de jornais étnicos, da fundação de escolas.

Mas até a integração total no Brasil, Nina, que viria a ocorrer com as gerações mais recentes, vivíamos, portanto, entre os costumes e as línguas de origem e as novas relações que iam gradualmente se estabelecendo na nova terra — relações pessoais e lingüísticas. A diferença entre as gerações é algo importante a considerar nesta reflexão histórica sobre estrangeiros e suas línguas no país, não só porque viemos discutindo a história de uma *discursividade brasileira*, mas porque a forma como as línguas estrangeiras chegaram até hoje — isto é, mais ou menos praticadas — dependeu, exatamente, entre outros fatores, das relações entre elas.

As relações entre as gerações?

Sim. Boris Fausto, por exemplo, em "Imigração: cortes e continuidade", descreve da seguinte maneira o quadro histórico no qual se encaixaria a história da descendente de italianos anteriormente citada:

> "No ambiente familiar, a língua constituiu uma fonte de estranheza entre as gerações ou, com outro sentido, de delimitação de fronteiras. O primeiro caso vincula-se à influência da instrução: ao aprender a norma culta do português, a segunda geração perceberá como seus pais e parentes falam mal a língua. Muitas vezes, diante de colegas e amigos, sentiam vergonha da fala mais ou menos estropiada de seus ascendentes, circunstância que geraria em muitos, anos mais tarde, um forte sentimento de culpa. Para os pais, a língua de origem possibilitava a comunicação cifrada. Desse modo, ela servia de veículo para as conversas íntimas entre marido e mulher, longe do alcance de terceiros, especialmente das

empregadas domésticas, no caso das famílias de classe média e alta, consistindo na língua do segredo (...)

Mas isso acontece com a gente também, isto é, nós, que falamos português com outros falantes de português. Às vezes, dependendo de com quem a gente fala, temos vergonha de falar de tal ou tal jeito. Com língua estrangeira então... nem se fala! Todo mundo que eu conheço que estuda inglês morre de vergonha de falar com americanos. Dá pra acreditar? Eles estudam inglês há um tempão, e quando vão falar, não conseguem, só porque é com americanos.

Sim, isso acontece porque sabemos que a diferença dos falares gera poder. E dependendo de com quem, onde, quando, o que e por que falamos, ocupamos posições diferentes de poder. Há sempre um jogo imaginário que nos provoca efeitos, como é o caso desses seus amigos: o efeito de uma imagem supervalorizada dos americanos, por exemplo, pode provocar exatamente a incapacidade de falar em inglês com eles.

Entre as gerações das famílias dos imigrantes, como estávamos comentando, era muito comum também nas primeiras gerações o imaginário de que seus filhos, por saberem mais sobre a língua portuguesa, "sabiam mais", eram "mais inteligentes". Isso talvez não aconteceria se, por acaso, essas famílias voltassem a viver nos seus países de origem.

É, porque seriam outras as condições.

Mas como permaneceram no Brasil, onde se fala o português, o que podemos dizer é que, de modo geral, não foram todas as famílias que conseguiram manter a língua de origem entre seus membros. E isso, por todos esses motivos que já vimos, isto é, tanto porque alguns a reservaram para falar de assuntos particu-

lares, como porque a grande maioria da sociedade brasileira vive jurídica e educacionalmente com a língua portuguesa ou, ainda, porque a cada geração se buscou maior integração nacional. O fato é que hoje, apesar de não serem, muitas vezes, praticadas pelos descendentes de imigrantes, essas línguas estrangeiras todas ainda se mantêm vivas em nosso país.

Sim, é verdade. Há escolas de línguas estrangeiras das mais variadas.

Nessas escolas, Nina, sejam elas escolas normais, étnicas ou escolas específicas de idiomas, muitos dos que são da terceira, quarta ou quinta geração de imigrantes realizam agora o movimento de procura por cursos de árabe, chinês, hebraico, japonês, italiano, espanhol ou alemão, por exemplo, numa tentativa de resgate das suas origens, de reconstituição de sua identificação social e de uma unidade nacional originária.

Nossa! Tenho certeza de que nessas escolas acontecem muitas outras histórias legais!

Sim. E são tantas que nem poderíamos começar a falar sobre elas aqui, porque daí já estaríamos falando também de outras histórias... histórias de métodos, de professores, de materiais didáticos... Que tal, então, pararmos, por ora, com nossas histórias? Entre uma e outra, é sempre bom ter um tempinho para refletir.

Para mim está ótimo, porque com tudo que discutimos, tenho muito que pensar ainda. E tenho certeza de que, de agora em diante, cada vez que eu encontrar uma dessas línguas estrangeiras pela frente, vou lembrar do que falamos... Pensando bem, acho que é a **minha** *história com as línguas estrangeiras que vai mudar agora.*

Bibliografia

ALENCASTRO, Luís Felipe de e RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil 2: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais.)

▸ Este livro conta com pesquisas recentes dos autores dos capítulos. Tais pesquisas tratam dos números da administração imperial sistematizados, hoje, pela informática. Neste capítulo, mais especificamente, o autor explora os modos de vida do período imperial, que tiveram continuidade, como também os núcleos que constituem a sociabilidade brasileira contemporânea. Para tanto, busca reconstituir a história da chegada dos migrantes e imigrantes no Brasil, assim como as políticas relacionadas à entrada e saída destes no país.

BOLOGNINI, Carmen Zink. Verbete “Holandês” em www.labeurb.unicamp.br/elb

▸ Nesse verbete, a autora descreve fatos sobre os dois períodos nos quais os holandeses vieram para se fixar no Brasil: no período colonial e no século XX.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 3.ed.

▸ Para tratar das formas históricas que enlaçaram colonização, culto e cultura, o autor explora os conceitos colônia, culto e cultura através de uma dimensão temporal: presente, passado e futuro. Tais dimensões temporais são tratadas desde Anchieta até a indústria cultural.

BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1997. 5.ed.

▸ Este livro faz parte da Coleção Didática, feita para alunos e professores, por professores da Universidade de São Paulo, apoiados pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Neste volume, o autor narra e analisa minuciosamente os fatos mais importantes de quinhentos anos: das raízes da colonização portuguesa até nossos dias, enfatizando as instituições. Dessa forma, o autor especula "como a História poderia ter sido" e mostra as diversas formas de interpretação de estudiosos em relação a diferentes momentos de formação do nosso país.

_____ . "Imigração: cortes e continuidades". In SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais.)

▸ Este volume conta com uma equipe interdisciplinar que acompanhou o predomínio nos estudos do período posterior aos anos 30. Tais estudos trazem um caráter mais ensaístico dos capítulos, recuperando um diálogo entre estrutura e conjuntura, entre sincronia e diacronia histórica. Problematiza-se, mais especificamente, a questão do público e do privado: suas fronteiras e indeterminações. Neste capítulo, mais especificamente, o autor trata dessa questão nos grupos imigrantes, destacando características abrangentes que, de alguma forma, se relacionam com o universo privado.

_____ (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da USP, 1999.

▸ Segundo Boris, esse livro traz novas contribuições, a partir do impulso gerado pelo seminário "Fazer a América", realizado em agosto de 1993, pelo Memorial da América Latina. O tema tratado, com uma ênfase um pouco mais narrativa, é o da imigração em massa para a América Latina, entre as últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1958.

HASHIGUTI, Simone. *Subjetividade brasileira e aprendizagem de línguas estrangeiras: um estudo discursivo*. Tese de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2003.

▸ Neste estudo pautado, principalmente, na noção do sujeito histórico e do inconsciente (Pêcheux, 1969, 1991), a autora objetiva verificar, através de relatos de estudantes e professores de línguas estrangeiras, como se dá a conjunção entre a determinação do sujeito socialmente e individualmente no processo de aprendizagem de línguas estrangeiras. No fim da análise, há a indicação de sugestões para o trabalho docente na área e o levantamento de alguns pontos de reflexão pertinentes para mudança dos parâmetros de ensino de línguas estrangeiras.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 8.ed.

▸ Neste livro, encontramos o estudo de nosso passado, não como uma maneira de legitimar as estruturas vigentes ou de simples "contar História", mas como uma forma de abrir caminho para movimentos democráticos que contam com a participação ativa do trabalhador. Constitui-se, com o respaldo teórico da nova história social dos franceses, com a sociologia da cultura dos alemães e com certos elementos de teoria sociológica e etnológica, em um modo de se refletir e se interessar pelo Brasil.

OLIVEIRA, E. *Políticas de Ensino de Línguas Estrangeiras em Escolas Públicas do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas, 2003.

OLIVEIRA, L. E. M. *A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*. Tese de Mestrado. Unicamp, Campinas, 1999.

ORLANDI, Eni (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas – SP: Pontes; Cáceres – MG: Unimat Editora, 2001.

▸ A autora traça reflexões a respeito do português a partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso. É importante lembrar que as reflexões presentes nessa obra são resultado de um percurso acadêmico da autora, fundamental para a compreensão da constituição do Brasil.

_____ . "O estado, a gramática, a autoria". In *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas: Pontes, 2000.

RAZINNI, M. P. G. *O espelho da Nação: A Antologia Nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)*. Unicamp, Campinas, SP. [s.n.] 2000. Tese de Doutorado.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. "Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas". In Revista *Delta*, v. 9, n. 1, 1993.

▸ Neste artigo, o autor resalta a importância do isolamento geográfico da América do Sul para a singularidade de propriedades lingüísticas que aí existiam. Além disso, expõe aspectos peculiares de algumas línguas indígenas e relata a diversidade lingüística antes do contato com o europeu, assim como as mudanças lingüísticas que esse contato teria favorecido.

_____ . *Línguas brasileiras: para o conhecimento das lín-*

guas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

▸ Este livro originou-se de alguns artigos publicados em 1982, 1983, 1984 no jornal mensal *Porantim*, e objetiva divulgar de uma forma sistemática alguns conhecimentos sobre a existência das línguas indígenas no Brasil e sobre as relações existentes entre elas. Destina-se ao público geral, interessado em conhecer aspectos sobre a população indígena do país e sobre a língua dessa população.

SANTOS, Carlos José Ferreira. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

▸ Este livro, um dos primeiros editados entre nós dentro da corrente da História das Mentalidades, trata da feitiçaria, das práticas mágicas e da religiosidade popular no Brasil colonial dos séculos XVI, XVII e XVIII. Essas práticas são descritas aqui, minuciosamente, acompanhadas por um pano de fundo necessário a sua compreensão na colônia portuguesa.

VILLALTA, Luiz Carlos. "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura". In SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais.)

▸ Este volume, assim como todos dessa coleção, objetiva a busca de nossa particularidade, como brasileiros. Para tanto, procura reconstituir e articular os aspectos cotidianos e da vida privada (manifestações da intimidade na Colônia portuguesa) no processo histórico de nossa formação, com as estruturas mais gerais da colonização. Procura, também, na impossibilidade de reconstituir as manifestações de privacidade por todo o território, os segmentos que contribuíram efetivamente para a configuração atual de nossa formação. Realiza, ainda, um balanço geral das abordagens que, na atualidade, vêm se fazendo, sobre esses novos objetos.

Referências midiáticas

http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/relacoes_linguas.htm (em 29 out. 2004)
http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb02.htm
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br
http://www.terrabrasileira.net/folclore/indice1.html
http://www.dw-world.de/dw/article/0,1564,1158846,00.html
http://www.terrabrasileira.net/folclore/influenc/ingleses.html